

Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro



Beatrice Marinho Paulo

**O PSICÓLOGO JURÍDICO FRENTE
AO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Junia de Vilhena

Rio de Janeiro
Dezembro de 2011

Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro



Beatrice Marinho Paulo

O Psicólogo Jurídico Frente ao Direito à Convivência Familiar

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Junia de Vilhena

Orientadora
Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Maria Helena Rodrigues Navas Zamora

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Inez Terezinha Stampa

Departamento de Serviço Social - PUC-Rio

Prof. Sávio Renato Bittencourt Soares Silva

FGV/EMERJ/FEMPERJ

Prof^a. Nadja Nara Barbosa Pinheiro

Departamento de Psicologia – UFPR

Profa. Denise Berruezo Portinari

Coordenadora Setorial de Pós-Graduação e Pesquisa do
Centro de Teologia e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2011.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização do autor, do orientador e da Universidade.

Beatrice Marinho Paulo

Psicóloga Perita do Ministério Público do Rio de Janeiro, integrante do Grupo de Apoio Técnico Especializado da Instituição. Possui graduação em Direito pela UFRJ, graduação em Psicologia e Mestrado em Direito Civil pela UGF e Mestrado em Psicologia Clínica pela PUC-Rio. Possui Especialização em Direito Especial da Criança e do Adolescente pela Uerj e em Psicologia Jurídica pela Universidade Estácio de Sá e Extensão em Trabalho Social com Famílias pela Terra dos Homens. É Professora de Psicologia Aplicada ao Direito, na Universidade Estácio de Sá e Coordenadora e coautora do livro “Psicologia na Prática Jurídica: a Criança em Foco”.

Ficha catalográfica

Paulo, Beatrice Marinho

O psicólogo jurídico frente ao direito à convivência familiar / Beatrice Marinho Paulo; orientadora: Junia de Vilhena. – 2011.

132 f. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2011.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Psicólogo jurídico. 3. Criança. 4. Adolescente. 5. Direito à convivência familiar. I. Vilhena, Junia. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Dedico este trabalho a todos os profissionais, de todas as áreas do conhecimento humano, que, a despeito de todas as angústias e dificuldades próprias do campo jurídico e da assistência a jovens e infantes, persistem se dedicando à construção de uma Justiça da Infância e Juventude mais humanizada e cuidadora, buscando dar sua contribuição na concretização do ideal de que toda e qualquer criança ou adolescente tenha respeitado o seu direito a crescer em uma família que os ame, respeite, proteja e mantenha em segurança, seja esta a sua família de origem ou substituta.

Agradecimentos

À Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, que financiou a presente pesquisa, possibilitando a realização do estudo;

À querida professora Junia de Vilhena, pelo interesse e empenho com que se dedicou à orientação dessa pesquisa, em todos os momentos; pela sensibilidade e humanidade com que sempre me acolheu, bem como às minhas dúvidas e conflitos pessoais e profissionais; e pelo espírito pluralista de quem realmente respeita e sabe conviver com diferentes pontos de vista;

Aos professores Maria Helena Zamora e Sávio Renato Bittencourt, pela leitura atenta e valiosas contribuições que me ofertaram na Qualificação e pelas ideias e reflexões que me inspiraram, com seus trabalhos, a às professoras Nadja Nara Barbosa Pinheiro e Inez Stampa, pela disponibilidade que mostraram para a participação na banca, onde certamente terão muito a colaborar;

À minha querida Mônica Reis Haberlehner, pela contribuição essencial na criação de meus sonhos e pelo constante apoio, incentivo e estímulo em suas concretizações, além de todo o auxílio prático que sempre me oferece, em todas as minhas batalhas e desafios. (Sem você, muito do que realizo não seria possível – e sequer imaginado!)

A meu(minha) já tão amado(a) Tchutchuquinho(a), que tem sido meu(minha) grande parceiro(a) nas últimas semanas, inspirando-me na conclusão desta tese e dando-me força e estímulo necessários para terminá-la – que você tenha uma vida muito feliz, e que nós saibamos garantir o seu direito a um convívio familiar repleto de amor e carinho!

A meus pais, José Marinho Paulo e Eunice Marinho Paulo, que sempre estiveram e sempre estarão por trás de tudo que sou e faço, como o vento embaixo de minhas asas, e que são os grandes responsáveis pela “densa floresta de amor próprio” que me cerca e me protege sempre, nas mais diversas situações;

A todos os familiares e amigos, em especial meu irmão Junior, minha cunhada Juliana, minha sobrinha Carolina e minha avó Conceição, pelo apoio constante em todas as fases da minha vida, e especialmente nestes últimos anos.

Aos queridos colegas do Grupo de Pesquisa dos orientandos de Junia, bem como aos queridos colegas paraenses, que estiveram compartilhando conosco os encontros, pelas colaborações, críticas e sugestões dadas, todas de grande valia;

A todos os Coordenadores e Subcoordenadores do Grupo de Apoio Técnico Especializado do Ministério Público do Rio de Janeiro, em especial à Dra. Maria Cristina Menezes de Azevedo, Dr. Sávio Bittencourt, Dr. Leandro Navega e Dra. Carla Carruba, cuja compreensão e cujo apoio foram fundamentais para que eu pudesse desenvolver este projeto;

Aos estimados Promotores de Justiça do MP/RJ (especialmente àqueles com quem tive o prazer de trabalhar diretamente e àqueles que integram o Grupo de Estudos Interdisciplinar – Dra. Patrícia Pimentel de Oliveira Chambers Ramos, Dra. Roberta da Silva Dumas Rego, Dra. Flávia Furtado Tamanini Hermanson, Dra. Karina Valeska Fleury, Dra. Ana Paula Ribeiro Rocha de Oliveira, Dra. Rosana Barbosa Cipriano Simão, Dra. Agnes Mussliner, Dra. Maria Helena Ramos de Freitas, Dra. Clisânger Ferreira Gonçalves Luzes, Dra. Gabriela Brandt, Dra. Ana Paula Esteves, Dra. Luciane Tesch de Abreu, Dra. Luciana Silveira Guimarães, Dra. Eliane de Lima Pereira, Dr. José Marinho Paulo Junior, Dr. Roberto Mauro de Magalhães Carvalho Junior, Dr. Rodrigo Molinaro e Dr. Rafael Luiz Lemos de Souza, entre outros) que me mostram, no dia-a-dia de sua prática profissional, que é possível sim haver uma excelente parceria entre a Psicologia e o Direito;

A todos os técnicos (psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais) que trabalham no MP/RJ, em especial às queridas Desirée Machado Teixeira, Cristiane Diniz de Menezes, Mônica Jardim Rocha, Gabriela Maria Guimarães Pinheiro, Daniela Kimus e Jacqueline Minervino de Almeida, que compartilham comigo a dor e a delícia da construção do papel do psicólogo na instituição, e sempre me auxiliam, com suas idéias e as discussões levantadas, a enxergar melhor o campo e os efeitos de nossa atuação;

A todas as famílias, crianças e adolescentes que tive o privilégio de atender como psicóloga do Ministério Público, por terem compartilhado comigo suas histórias e me inspirado tanto no desenvolvimento deste trabalho e em minha atuação profissional, desejando que minha intervenção tenha conseguido gerar-lhes algum benefício, e que poucas falhas – e não muito graves – tenham ocorrido na sua trajetória;

Resumo

Paulo, Beatrice Marinho; Vilhena, Junia de. **O Psicólogo Jurídico Frente ao Direito à Convivência Familiar**. Rio de Janeiro, 2011. 132 p. Tese de Doutorado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A Psicologia Jurídica é, reconhecidamente, uma especialização em ascensão, na atualidade. Apesar disso, ainda é bastante escasso o material bibliográfico sobre a matéria e incipiente a divulgação do conhecimento produzido na área. A prática dos profissionais que atuam neste âmbito é constantemente questionada e duramente criticada, muitas vezes sem que se conheça devidamente o campo jurídico, e sem que se aprofundem as reflexões e os debates acerca dos fatos que justificam suas condutas. Na área da Justiça da Infância e da Adolescência, são diversas as questões em que o psicólogo é chamado a atuar. No presente trabalho, a escolhida para nortear as reflexões foi a referente ao direito de crianças e adolescentes à convivência familiar. Sabe-se que existem milhares de crianças em nosso Estado privadas do convívio em família. Estas crianças, das quais a grande maioria não é órfã, encontram-se abrigadas em instituições de acolhimento, muitas delas há mais de dois anos, sem telefonemas ou visitas de nenhum familiar, e sem que nenhuma providência esteja sendo tomada para que ela tenha respeitado seu direito, quer pela reintegração à família de origem, quer pela colocação em família substituta. O presente trabalho visa levantar algumas reflexões sobre o papel do psicólogo jurídico, diante deste problema, descortinando as múltiplas e complexas facetas de sua atuação, e tecendo considerações sobre os requisitos e cuidados para o seu desempenho profissional.

Palavras chave

Psicólogo Jurídico; Criança; Adolescente; Direito à Convivência Familiar.

Abstract

Paulo, Beatrice Marinho; Vilhena, Junia de (Advisor). **The Legal Psychologist Facing the Right of Living in a Family**. Rio de Janeiro, 2011. 132 p. Doctoral Thesis – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Nowadays, Legal Psychology is, admittedly, on the rise! Nevertheless, bibliographical material on the subject is still very scarce and the knowledge produced in the area is not enough spread of. The professionals' practice is constantly questioned and harshly criticized, often without a legal field's knowledge and without deep reflections and debates about the facts that justify the professional's action. Justice of Childhood and Youth has several issues in which the psychologist is called to act. In this study, the children and teenagers' right of family life was the theme that was chosen to guide the discussions. It is known that there are thousands of children in our state that are deprived of family life. These children, in the majority not orphans, are housed in institutions, many of them for over than two years, with no phone calls or visits from family. Many times, nothing is being done so that the child or teenager has that right complied, whether by reinstating the family of origin, either by placing in a foster family. This work aims to raise some reflections on the role of Legal Psychologist, revealing its multiple and complex facets, and rising considerations about the requirements and care for professional performance.

Keywords

Legal Psychologist; Child; Teenager; Right of living in a family.

Sumário

1. Introdução	11
2. A revisão histórica da proteção principiológica e das políticas públicas voltadas para a criança e o adolescente	20
2.1 Revisão histórica da proteção principiológica no mundo	20
2.2. Revisão histórica da proteção da infância no Brasil	26
3. O conceito contemporâneo de família e o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar	44
3.1 O conceito de família: desafio da contemporaneidade.....	44
3.2. Família: uma entidade cultural e histórica	47
3.2.1. Variações da configuração familiar pelo mundo	48
3.2.2. Variações da estrutura familiar no Brasil	53
3.2.2.1. A família brasileira do período colonial ao século XIX.....	53
3.2.2.2. A família brasileira do início do século XX aos dias atuais.....	56
3.3. As funções sociais da família	61
3.4. Do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar	63
3.5. Do acolhimento e da institucionalização de crianças	77
3.6. Do apoio à família de origem e da reintegração	85
3.7. Dos limites do investimento na família de origem	94
3.8. Do encaminhamento à família extensa ou à família substituta	101
3.9. Da Casa-lar e de outras possibilidades	106
4. A psicologia além dos consultórios: o campo jurídico e o indispensável diálogo entre direito e psicologia para a construção de uma Justiça cuidadora...113	
5. Conclusão	118
6. Referências Bibliográficas.....	121

Um homem caminhava pela praia, quando avistou uma criança que se abaixava, pegava alguma coisa na areia e jogava no mar. Ao aproximar-se, viu que eram estrelas-do-mar que o menino jogava na água.

Então, perguntou:

- O quê você está fazendo?

- Estou pondo estas estrelas-do-mar de volta na água, senão elas morrem na praia. - respondeu o juvenzinho.

- Menino... - disse o homem, com ares de sábio - Há milhares destas estrelas-do-mar na areia. Não dará tempo de você salvar todas elas! E, por fim, não fará nenhuma diferença você salvar meia dúzia.

- Para estas aqui fará muita diferença, respondeu e menino, mostrando sua mão cheia delas. E continuou jogando-as de volta no mar.

Autor desconhecido